

Um projeto para o país

PAULO RABELLO DE CASTRO

A crise brasileira está influenciada por duas tendências igualmente perniciosas:

- Primeira tendência, “é melhor não fazer nada”.

- Segunda tendência, “é preciso fazer qualquer coisa”.

O Governo tem oscilado entre essas duas tendências, pendularmente, passando uma forte sensação de insegurança para a sociedade. Resultado: os juros ficam mais altos — refletindo o risco de algum pacote, caso prevaleça o “é preciso fazer qualquer coisa” — ou, então, sobem do mesmo jeito porque, se “é melhor não fazer nada”, o Banco Central precisa praticar taxas elevadas para evitar a hiperinflação. Foi essa a experiência do período Marcílio.

É óbvio que a sociedade deve exigir que o Governo faça alguma coisa. Manter a inflação, eternamente, em 25 a 30% ao mês é que não dá. Porém, fazer alguma coisa não é igual a propor que se faça qualquer coisa. Por quê?

“Fazer qualquer coisa”, interferindo no sistema de preços e, eventualmente, confiscando um pedaço da poupança financeira do país, apenas para aplacar a virulência do processo inflacionário, é o que fizeram os pacotes econômicos, do Cruzado até o Collor. Congelaram e sequestraram, mas não transformaram o ambiente econômico. A transformação ficou na promessa.

Tais pacotes são uma praga. A intervenção gera um amortecimento momentâneo da inflação à custa do aumento da incerteza quanto à segurança das leis e à confiança na palavra do Governo. Traduzindo em miúdos, mais risco e incerteza quanto ao regime jurídico do país e quanto às perspectivas da economia, provocando, portanto, aumento dos juros e aprofundamento da recessão, porque os empresários, assustados, investem menos.

Primeira conclusão: se for para fazer outro pacote, mesmo que seja apenas um tabelamento “inteligente” de preços, esqueçam. Estaremos marchando, como bois mansos, para

o matadouro da hiperinflação. Nesse caso, melhor seria não fazer nada.

Mas também é óbvio que um sistema econômico instável e fragilizado, como o nosso, tampouco resiste à paralisia do Governo. A atitude do Governo, se não for pró-ativa, deixará o país resvalar para a “hiper”, ainda que seja com mais voltas pelo caminho. É urgente agir.

Uma agenda mínima, concentrada nos pontos fundamentais das reformas institucionais, deveria merecer a atenção de todos os brasileiros. Uma agenda mínima já é um esboço de projeto nacional. É diferente de um plano econômico, de um pacote, porque não pega ninguém de surpresa, alterando relações jurídicas e contratos celebrados. Pacote não presta, projeto mínimo, sim, é a urgência urgentíssima do país. Uma agenda mínima, em nossa opinião, deve encarregar-se de responder a três questões vitais:

1. Qual a moeda que, de fato, o país quer para si?

2. Qual a estrutura tributária que o país julga, de fato, mais justa e favorável ao desenvolvimento?

3. Com que prioridade o país, realmente, encara a dívida social, seja ela a parte contabilizada no FGTS e na Previdência, seja a parte dispersa nos campos de educação, saúde e moradia?

Se não formos capazes de responder, claramente, a essas três questões, é inútil prosseguir. Essas definições são essenciais não só a longo prazo, mas também a curto, para focalizar qualquer plano de estabilização.

Proponho respostas:

1. A moeda que o país quer é uma moeda de Primeiro Mundo, confiável, lastreada em garantia real (reservas cambiais), moeda que não precise de viver engessada na correção monetária.

2. A estrutura de impostos que o país deseja é aquela que, rebaixando as alíquotas, também elimine todos os impostos que gravam a produção, sobretudo os tributos em cascata e os que oneram o emprego de mão-de-obra. Tal regime tributário deve, enfim, ser confiável para quem paga e profundamente desconfortável para quem sonega.

3. A prioridade para o resgate da dívida social deve ser absoluta. Primeiro: dando-se lastro ao FGTS e à Previdência. É inconcebível vender estatais para saldar dívidas do Governo junto a bancos e não permitir que os trabalhadores participem também do processo de democratização do capital estatal. Segundo: é possível resgatar a dívida social em educação, saúde e moradia, de modo diretíssimo, por um sistema de cheques enviados direto aos beneficiários. Por que não fazê-lo logo?

Finalmente, cabe a pergunta: como se pode cumprir essa agenda mínima e o que viria primeiro?

Cumpre-se a agenda proposta, mostrando que o Brasil tem jeito, e que esse jeito não passa por novos pacotes, por quebra da ordem jurídica, pelo abuso das medidas provisórias. Devemos nos organizar para ter uma **constituição monetária** digna desse nome, ou seja, um conjunto de regras, valores, leis e práticas que definirão o cruzeiro como moeda estável. Isso começa com uma legislação do Banco Central autônomo, para o qual só falta vontade política e nada mais.

O anteprojeto do Banco Central autônomo está pronto, conforme proposta apresentada pela Academia Internacional de Direito e Economia. Ter a definição prévia sobre qual é a moeda brasileira é medida preliminar a todas as demais.

Logo a seguir, viria o encontro de contas do setor público, colocando-se em ordem o FGTS e a Previdência, o que implicará uma privatização mais abrangente e na capitalização do trabalhador brasileiro. A reforma tributária vem depois para coroar o processo de saneamento, com a segurança e a tranquilidade que se exigem numa redefinição tão ampla de impostos.

O Governo, que, por enquanto, está pendulando entre não fazer nada e fazer qualquer coisa, deveria tomar a iniciativa dessa agenda mínima, para pormos a casa em ordem e sairmos dessa síndrome de miséria com torpor mental em que estamos metidos há tanto tempo.

Paulo Rabello de Castro é editor da revista “Conjuntura Econômica” e vice-presidente do Instituto Atlântico.